

No interesse de todos

O RELACIONAMENTO do Brasil com seus credores é influenciado por fatores de extrema complexidade e variedade — mas isto não impede uma previsão com garantia total: os bancos jamais deixarão de fazer aquilo que corresponda aos seus interesses e necessidades.

PARA QUEM tiver uma visão romaneada do problema — ou seja, muita fé ou muito medo em relação aos elementos retóricos do diálogo entre as partes — a passagem do otimismo para o pessimismo, e vice-versa, incluirá em qualquer análise um dado emocional que só poderá deturpar, perigosamente, a realidade.

IMAGINAR, por exemplo, que a reação dos bancos à moratória dos juros contenha ingredientes como surpresa, indignação ou, quem sabe, comiseração, seria grosseiro equívoco: uma dívida externa da casa dos US\$ 100 bilhões não permite qualquer analogia com a conta do açougue ou o dinheiro emprestado por um amigo a outro.

OUTRO dado a ser levado em conta está no fato de que o

Brasil pode ser o maior, mas não é o único devedor na comunidade financeira internacional. Trata-se de uma faca de dois gumes. Por um lado, não podemos esperar dos credores atitudes que, embora interessantes no nosso caso particular, criem precedentes negativos para eles face a seus outros devedores. Em contrapartida, não interessa aos credores empurrar o Brasil para posições que representem, do seu ponto de vista, "maus exemplos" para o resto do Terceiro Mundo.

FINALMENTE, a constatação mais importante: nenhum credor ignora que só paga uma dívida quem tem dinheiro para isto. A comunidade bancária sabe que nos últimos anos o fluxo de dólares da América Latina para o Primeiro Mundo tem superado em muito o tráfico em sentido inverso. Em 1981, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o saldo foi benéfico aos países devedores, no confronto entre investimentos estrangeiros, de um lado, e pagamento de juros e remessas de lucros, do outro: US\$ 21,3 bilhões. Já no ano seguinte, o

fluxo se inverteu e passou a ser negativo para a América Latina; em 1985, o seu déficit já era de US\$ 32,6 bilhões.

COM SANGRIA dessa ordem, não há programas domésticos de reordenação da economia que permitam uma administração da dívida externa saudável para todos os interessados.

É EXATAMENTE por essa razão que a notícia, no fim da última semana, de que diversos bancos se preparavam para transformar em investimentos no Brasil parte daquilo que o Brasil lhes deve, deve ser saudada como um passo na direção certa.

OS INVESTIMENTOS já anunciados não são significativos no seu montante. Mas têm grande expressividade no que representam como atitude racional. É uma saída viável, e atende muito mais aos interesses dos bancos do que registrar em seus livros dívidas que não conseguem cobrar. É precisamente por essa razão que poderá frutificar, em benefício de todos.